

Invasão em parques ameaça reserva ecológica

Ricardo Mendes
Da equipe do **Correio**

O pintor desempregado Hildemar Félix da Cunha, de 36 anos, mora há 19 em um trecho do Lago Sul entre as QIs 26 e 28, chamado Parque das Copaibas. Casado, pai de um filho, ele sabe que não deveria estar ali. Além de ter invadido uma área pública, Hildemar vive às margens de um córrego, o das Antas. A ocupação da faixa de 15 metros junto aos cursos de água do Distrito Federal é ilegal, vetada pela Lei 6766/72. Mas, assim como transforma a lei em letra morta, a omissão do Estado — ao tolerar invasões como essa — ameaça de morte partes da natureza que deveria preservar.

Ex-secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, cargo que ocupou durante quase todo o governo passado, o deputado distrital Chico Floresta (PT) enumera os danos que uma ocupação urbana pode causar à natureza se ocorrer de forma desordenada e sem cuidados com o meio-ambiente. Primeiro, vem o desmatamento, que pode ser acompanhado de queimadas para limpar o terreno da vegetação indesejada pelo invasor. Com a terra nua, os problemas se multiplicam. “Sem a vegetação, é maior a probabilidade de haver erosão”, explica o parlamentar.

A ocupação humana, muitas vezes seguida pelo fluxo de veículos em vias abertas sem maiores cuidados com o meio-ambiente, compacta o solo e o subsolo. Isso faz mais do que impedir o ressurgimento da cobertura vegetal. “A compactação impede a infiltração da água para reabastecer os lençóis freáticos”, acrescenta o promotor Nino Franco, da 4ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural. “E a preservação das fontes de água é a principal questão ambiental da nossa região.”

A substituição dos vegetais por construções contribui para impermeabilizar mais a superfície, piorando o reabastecimento dos lençóis freáticos. Correndo sobre o solo, a água da chuva provoca erosão. A terra que é arrastada pode seguir para um curso de água, onde acabará depositada no fundo e causar assoreamento — acúmulo de material sólido que aflora da superfície e toma conta da área originalmente inundada.

O assoreamento já reduziu em pelo menos um terço um braço do Lago Paranoá vizinho à QL 16 do Lago Sul e está se repetindo em outras regiões. “Temos notícia de que alguns pontos de água de pequena vazão estão desaparecendo no Núcleo Rural Alexandre Gusmão (Taguatinga)”, diz o promotor Nino Franco.

POLUIÇÃO

Há ainda o problema da contaminação. Como as invasões não contam com serviços regulares de cole-

Jorge Cardoso



Hildemar e a família moram há 19 anos no chamado Vale das Copaibas, um lugar que não deveria ter habitantes

ta de lixo, os dejetos acabam sendo atirados indiscriminadamente dentro da mata — como ocorre no Parque do Guará — ou consumidos pelo fogo, trazendo a ameaça de queimadas. Ao serem engolidos por animais, sacos plásticos e embalagens de todos os tipos constituem risco para a fauna.

Por não terem rede de esgotos, os invasores contaminam a terra e a água. Um problema que, no Parque Saburo Onoyama, em Taguatinga, está destruindo o córrego

Cortado. Ali, existem 500 barracos, e parte deles ocupa as margens do córrego. De acordo com o secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Antônio Barbosa, esse dano repete-se em outros parques, como o Canela de Ema (Sobradinho) e o da Prainha (Gama). “O ribeirão Sobradinho está sofrendo com erosão e assoreamento e recebe dejetos de condomínios, muitos deles feitos em áreas públicas”, detalha o secretário.

Antônio Barbosa diz estar espe-

cialmente preocupado com as invasões nos parques. “Não há interesse em legitimar nenhuma dessas ocupações, e não queremos que essa situação persista”, afirma o secretário. Na semana passada, o governo iniciou a retirada de 71 famílias do Parque Burle Marx, antigo Parque Ecológico Norte. O secretário diz que essa foi a primeira de uma série de ações para desocupar os parques.

Segundo Barbosa, a política em relação às invasões existentes nos

parques é uma só: desocupar as áreas negociando a saída com os moradores. Quem estiver adequado aos critérios do Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab) poderá ainda ser contemplado por programas habitacionais do governo.

PARQUES

De acordo com o presidente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema), Fernando Fonseca, a capital brasileira abriga 39 parques, que ocupam 42% do território do Distrito Federal. O maior deles é o Parque Nacional de Brasília, com 30 mil hectares. “Os parques talvez sejam nossas últimas trincheiras naturais”, opina Fonseca. “Não preservá-los é não preservar a cidade.”

Um dos parques mais ameaçados é o do Guará, espremido entre aquela cidade e o Setor de Oficinas. Dentro dele, há 86 chacareiros dedicados à produção agrícola. De acordo com o presidente da Associação dos Chacareiros da Margem Esquerda do Córrego Guará e Adjacências, Carlos Alberto de Araújo, 47 anos, a presença de aproximadamente 400 barracos às margens das nascentes do córrego já compromete a qualidade da água, usada na irrigação pelos 86 produtores associados. Mas os barracos não são os únicos invasores: empresas do Setor de Oficinas aterraram regiões de brejo, fazendo desaparecer olhos d’água.

Os chacareiros, porém, acreditam que suas atividades não representam ameaça ambiental. Muito pelo contrário. “Sem a nossa presença aqui, isso tudo já teria se acabado porque nós ajudamos na preservação”, sustenta Carlos Araújo. O mesmo argumento é dado por Hildemar da Cunha, morador de um dos 40 barracos erguidos ao longo de mais de 30 anos na área do Parque das Copaibas. “Eu sei que a gente não deve ficar aqui, mas o parque vai se acabar se todo mundo tiver que ir embora”, alega Cunha.

O invasor conta que os moradores do Parque das Copaibas costumam fazer mutirões para recolher lixo no mato. Atualmente, ele está plantando pimenteirinhas na margem do córrego das Antas próxima ao barraco onde mora. “Senão, a erosão pode até levar minha casa quando as chuvas voltarem”, observa Cunha.

O que ele não diz é que a erosão originou-se do desmatamento original junto à margem e que o terreno foi compactado por ter se transformado em ponto de passagem de pedestres — é acesso a uma ponte improvisada sobre o córrego. Amante sincero da natureza, que dá comida aos micos que são seus vizinhos, Cunha não tem noção de que a presença do homem nas margens da água, por si só, significa uma ameaça. No seu caso, para preservar o lugar onde mora, é preciso partir.